

Concessionária  
Rodoanel Norte  
SPE - S.A.

**Demonstrações financeiras referentes ao  
período de 10 de abril (data de  
constituição da Companhia) a 31 de  
dezembro de 2023**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>6</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>12</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>14</b>
<b>Demonstração do valor adicionado</b>	<b>15</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>16</b>

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Senhores acionistas,

Em conformidade com as normas legais, a Concessionária Rodoanel Norte, responsável pela concessão do trecho norte do Rodoanel Mário Covas, que abrange 47 quilômetros de malha rodoviária e atravessa as cidades de São Paulo, Guarulhos e Arujá, submete à vossa apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes, referentes ao período de 10 de abril de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

Como se sabe, em 14 de março de 2023, o FIP Via Appia sagrou-se vencedor no leilão do Rodoanel Norte na 4ª Fase do Programa de Concessões Rodoviárias de São Paulo. Como critério de seleção, a proposta do FIP Via Appia ofereceu um desconto de 100% sobre a Contraprestação Pública Máxima de R\$ 51.413 e um desconto de 23,10% sobre o Aporte Público Máximo do Poder Concedente de R\$ 1.427.679.

Em 09 de agosto, do referido ano, a Concessionária Rodoanel Norte, controlada pelo FIP Via Appia, assinou o Contrato de Concessão N° 0521/ARTESP/2023, que teve por finalidade regradar a relação de delegação, pelo Poder Concedente à Concessionária, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos e com a interveniência da Companhia Paulista de Parcerias – CPP, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, dos serviços públicos de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração da malha rodoviária.

Dentre outras condições precedentes para a assinatura do referido Contrato de Concessão, o Poder Concedente, através do DER, depositou o Aporte Público Máximo de R\$ 1.457.679 em “Conta Reserva” administrada pelo Banco do Brasil e contratada pela Concessionária, assegurando tais recursos até o término das obras.

Em 12 de setembro de 2023 foi assinado o Termo de Transferência Inicial (TTI) da concessão, dando início aos prazos contratuais.

O Contrato de Concessão referente ao Edital Internacional nº 01/2022 para a Concessão Patrocinada da exploração do sistema rodoviário denominado Lote Rodoanel Norte trouxe uma série de ineditismo.

O Contrato prevê três fases durante o período de 31 (trinta e um) anos de concessão, o qual se encerra em setembro de 2054: (i) Pré-construção (1 ano), (ii) Construção (2 anos) e (iii) Operação (28 anos). Importante ressaltar, que, a exclusivo critério da Concessionária, existe a previsão para a possibilidade de extinção antecipada do Contrato de Concessão (way-out), caso: (a) o novo projeto executivo das obras, ao final da Pré-Construção, supere o valor de R\$ 2.784.787 (data-base março de 2022) ou (b) a Concessionária não obtenha financiamento de longo prazo em até 24 (vinte e quatro) meses. Caso a possibilidade do way-out venha a se concretizar, os custos incorridos até então, deverão ser reembolsados à Concessionária pelo Poder Concedente, com sua respectiva correção monetária.

Uma outra característica interessante do Contrato de Concessão é a proteção da Concessionária ao risco de demanda. Ou seja, através de uma “Receita Mínima Garantida”, com 100% (cem por cento) de *downside protection* e 50% (cinquenta por cento) de divisão entre Concessionária e Poder Concedente em caso de *upside*, o Poder Concedente estabelece um faturamento mínimo projetado para a Concessionária, com uma estrutura de garantias bastante robusta.

O escopo primário da fase de Pré-construção consiste na elaboração de um novo projeto executivo para o Rodoanel Norte, a fim de atualizar o Projeto Executivo do ano de 2015 fornecido pelo Governo do Estado no Edital de Licitação, cujo valor foi atualizado pelo IPCA para a data base do contrato, qual seja março de 2022.

Para a elaboração do novo projeto executivo, a Concessionária optou pela inclusão de um relator independente, apresentando assim uma lista tríplice à ARTESP. O relator independente sorteado foi a Intertechne Consultores S.A., projetista responsável por diversas obras, como: Belo Monte, ampliação do Galeão, linhas 4 e 6 do metrô de São Paulo, entre outros. A elaboração do novo projeto executivo pela Intertechne foi iniciada em setembro de 2023 e será concluída até o final do prazo do período de Pré-construção já mencionado.

Conforme estipulado pelo Contrato de Concessão, uma Comissão de Transição, composta por 5 (cinco) membros, foi estabelecida para intermediar potenciais divergências entre Concessionária e Poder Concedente, ao longo dos meses precedentes à fase de Operação.

O corpo diretivo da Companhia é composto por profissionais com extrema capacidade de liderança e experiência em projetos de infraestrutura, além de amplo conhecimento financeiro para otimizar a estrutura do projeto, o tornando mais eficiente.

Além disso, já iniciamos projetos da nossa agenda ESG, como a adesão da Companhia ao Pacto Global da ONU, comprometendo-se com práticas empresariais sustentáveis e éticas. O Pacto Global é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, desafiando empresas a alinhar suas estratégias e operações com dez princípios universais em áreas como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

Aos nossos *stakeholders*, desejamos um ano de 2024 repleto de conquistas e agradecemos o apoio durante o início deste projeto duradouro e vitorioso, que representará um marco logístico na infraestrutura do Estado de São Paulo, com técnicas de construção modernas e adoção do sistema *free-flow* para a operação do trecho. Trabalhamos e continuaremos a trabalhar incansavelmente para lhes proporcionar os melhores resultados do projeto, unindo caminhos e construindo futuros com responsabilidade e sustentabilidade.

### **Relacionamento com os Auditores Independentes**

A política da Companhia em relação à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes é fundamentada nos princípios que garantem a sua independência. Estes princípios seguem os padrões internacionalmente aceitos, onde: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve assumir funções de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve criar conflitos de interesse com os seus clientes.

Os procedimentos adotados pela Companhia, conforme estabelecido no item 9.3 do artigo 17º da Resolução CVM nº 162/22, consistem em consultar os auditores independentes de forma formal, antes da contratação de outros serviços profissionais que não estão ligados à auditoria contábil externa. O objetivo é garantir que a prestação desses serviços adicionais não comprometa a independência e objetividade necessárias para realizar os serviços de auditoria independente. Além disso, são exigidas declarações formais desses auditores quanto à sua independência na realização dos serviços não relacionados à auditoria.

No ano de 2023, não contratamos nossos auditores externos para prestação de outros serviços.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Concessionária Rodoanel Norte SPE S.A.

*São Paulo - SP*

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodoanel Norte SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 10 de abril de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Rodoanel Norte SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 10 de abril de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Capitalização de custos relacionados a ativo de contrato

Veja as Notas 3.10 e 9 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras um ativo de contrato referente aos custos incorridos na fase de pré-construção do trecho norte do Rodoanel, objeto de concessão da Companhia.</p> <p>De acordo com o CPC 47, os custos incorridos no desempenho de um contrato são reconhecidos como um ativo quando todos os critérios a seguir forem atendidos: (a) os custos referem-se diretamente ao contrato de concessão; (b) os custos geram ou aumentam recursos da Companhia que serão usados para satisfazer as obrigações de performance no futuro; e (c) espera-se que os custos sejam recuperados.</p> <p>A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os custos atendem cumulativamente aos três critérios descritos anteriormente e, conseqüentemente, serão reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para a aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>I. Testes documentais, em base amostral, dos custos incorridos na fase de pré-construção, incluindo: a inspeção das notas fiscais, comprovantes de pagamento, evidência dos serviços prestados e contratos;</li><li>II. Avaliação, em base amostral, da natureza dos custos incorridos na fase de pré-construção, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais custos são qualificáveis ou não para capitalização; e</li><li>III. Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.</li></ol> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do ativo de contrato e as suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 10 de abril de 2023 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva  
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

## Concessionária Rodoanel Norte SPE S.A.

### Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2023		Notas	2023
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	210.847	Fornecedores		957
Imposto de renda e contribuição social à recuperar	5	510	Obrigações trabalhistas	10.a	197
Tributos a recuperar	6	443	Obrigações tributárias	10.b	464
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>211.800</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.618</b>
<b>Não circulante</b>					
Outros ativos	7	365			
Tributos diferidos	10.1	93			
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>458</b>			
Imobilizado	8	233	<b>Patrimônio líquido</b>	11	
Ativo de contrato	9	6.697	Capital social		218.000
		<b>6.930</b>	Prejuízos acumulados		(430)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>7.388</b>	<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>217.570</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>219.188</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>219.188</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Rodoanel Norte SPE S.A.

## Demonstração do resultado

Período de 10 de abril (data de constituição) a 31 de dezembro de 2023

*(Em milhares de reais)*

	Notas	2023
<b>Despesas e receitas operacionais</b>		
Despesas gerais e administrativas	12	(9.688)
Outras despesas		(87)
		<u>(9.775)</u>
Receitas financeiras		9.705
Despesas financeiras		(453)
<b>Resultado financeiro</b>	13	<u>9.252</u>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>(523)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	93
<b>Prejuízo líquido do período</b>		<u>(430)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Rodoanel Norte SPE S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

Período de 10 de abril (data de constituição) a 31 de dezembro de 2023

*(Em milhares de reais)*

	<b>2023</b>
<b>Prejuízo líquido do período</b>	(430)
Resultado abrangente do período	<u><u>(430)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Concessionária Rodoanel Norte SPE S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 10 de abril (data de constituição) a 31 de dezembro de 2023

*(Em milhares de reais)*

	<u>Capital social</u>		<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Subscrito</u>	<u>(-) a integralizar</u>		
Constituição da Companhia em 10 de abril de 2023	419.788	(419.788)	-	-
Integralização de capital em 07 de agosto de 2023	-	218.000	-	<b>218.000</b>
Prejuízo líquido do período	-	-	(430)	<b>(430)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>419.788</b>	<b>(201.788)</b>	<b>(430)</b>	<b>217.570</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Rodoanel Norte SPE S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 10 de abril (data de constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo líquido do período		<u>(430)</u>
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades utilizadas nas atividades operacionais</b>		
Depreciação	8	7
Despesa de imposto de renda e contribuição social	10.1	<u>(93)</u>
		<b>(516)</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Tributos a recuperar	6	(443)
Imposto de renda e contribuição social à recuperar	5	(510)
Outros ativos	7	<u>(365)</u>
		<b>(1.318)</b>
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores		935
Obrigações tributárias	10.b	464
Obrigações trabalhistas	10.a	<u>197</u>
		<b>1.596</b>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>		<u><b>(238)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativos imobilizados e ativos de contrato		<u>(6.915)</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<u><b>(6.915)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital social	11	<u>218.000</u>
<b>Caixa proveniente das atividades de financiamento</b>		<u><b>218.000</b></u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<u><b>210.847</b></u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>		
No início do período		-
No final do período		<u>210.847</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<u><b>210.847</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Rodoanel Norte SPE S.A.

## Demonstração do valor adicionado

Período de 10 de abril (data de constituição) a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	2023
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	
Serviços de terceiros e outros	(8.188)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(8.188)</b>
Depreciação	(7)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>(8.195)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	
Receitas financeiras	9.705
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.510</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	
Remuneração direta	1.066
Benefícios	76
FGTS	57
<b>Valor adicionado distribuído aos colaboradores</b>	<b>1.199</b>
Tributos federais	642
<b>Valor adicionado distribuído ao governo</b>	<b>642</b>
Aluguéis	99
<b>Valor adicionado distribuído a terceiros</b>	<b>99</b>
Prejuízo líquido	(430)
<b>Remuneração do capital próprio</b>	<b>(430)</b>
<b>Valor adicionado distribuído:</b>	<b>1.510</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Período de 10 de abril (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Concessionária Rodoanel Norte SPE S.A. (“Companhia” ou “Via SPSerra”) é uma sociedade de propósito específico constituída sob a forma de sociedade limitada unipessoal em 10 de abril de 2023 e transformada em sociedade anônima em 19 de junho de 2023. A Companhia tem por objetivo explorar a concessão do trecho norte do Rodoanel Mario Covas, anel viário que liga as rodovias que chegam ao município de São Paulo e abrange a Rodovia SP-021, entre os quilômetros 172+000 e 129+106.

A Companhia foi constituída em cumprimento dos termos do edital da Concorrência Pública Internacional nº 01/2022 (“Concorrência Pública”), processo licitatório promovido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”) e vencido pelo Via Appia FIP Infraestrutura (“FIP Via Appia”), fundo gerido pela Starboard Asset Ltda. e controlador indireto da Companhia.

Pela realização do objeto contratual, a concessão compreenderá os serviços de operação, gestão, manutenção e realização de investimentos necessários para a exploração, ampliação e conservação do sistema rodoviário, totalizando 47 quilômetros de malha rodoviária, mediante cobrança de tarifas de pedágio dos usuários e recebimento de aporte público inicial pago pelo Estado de São Paulo (“Poder Concedente”).

A concessão tem duração de 31 anos, com término previsto para setembro de 2054, dividindo-se em três fases distintas: a fase de pré-projeto, dedicada à revisão e atualização do projeto executivo para o trecho norte; seguida pela fase de projeto, etapa que prevê a continuação das obras de construção, culminando na fase de operação, quando a via será disponibilizada para uso público.

No processo licitatório realizado em 14 de março de 2023, o FIP Via Appia sagrou-se licitante vencedor oferecendo um desconto de 100% na contraprestação pecuniária a serem pagos pelo governo, até o valor máximo estipulado de R\$ 51.413, constituindo o primeiro critério de seleção. No segundo critério de seleção, o FIP Via Appia propôs um desconto de 23,10% sobre o aporte público inicial, resultando em um aporte público inicial restante estimado em R\$ 1.097.885, a ser concedido pelo Estado de São Paulo.

Em 09 de agosto de 2023, foi celebrado o contrato de concessão nº 0521/ARTESP/2023 entre a Companhia e o Poder Concedente, estabelecido na modalidade Parceria Público-Privada, nos termos da Lei nº 11.688, de 19 de maio de 2004.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com Poder Concedente, conforme previsões do Contrato de Concessão.

## **2 Bases e apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Em 3 de abril de 2024, foi aprovado pela Diretoria da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

A Diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a capacidade da Companhia de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

#### ***Base de mensuração***

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

#### ***Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não exerceu julgamentos, estimativas e premissas consideradas críticas.

#### ***Mensuração do valor justo***

Algumas políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **3 Sumário das práticas contábeis materiais**

### **3.1 Contrato de concessão de serviços – direito de exploração da infraestrutura**

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura e para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos do contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão.

### **3.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e resgatável em até três meses.

### **3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos).

Caso essas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre:

- (a) Seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e
- (b) Seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo.

Quando o valor contábil líquido do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (impairment).

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente em Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

### **3.4 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **3.5 Impostos**

#### **(i) Tributos correntes**

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou adiciona despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou adicionar itens não dedutíveis de maneira permanente.

A provisão para imposto de renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- (i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício e é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Diretoria avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável esteja sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

**(ii) Impostos diferidos**

O imposto de renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que essas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido subsequentemente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma a qual a Companhia espera, no final de cada exercício de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

**3.6 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**3.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

### **3.8 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### **(i) Ativos financeiros**

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para compra ou venda de itens não financeiros.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros:

- (i) Mensurados ao custo amortizado;
- (ii) Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- (iii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: i) mensurados ao custo amortizado ou ii) valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e irretroatável como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### *Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo).

**(ii) Passivos financeiros**

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado por meio do método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidas na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem fornecedores de bens e serviços necessários às suas operações.

**(iii) Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros**

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse” e:

- (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
- (b) A Companhia não transferiu tampouco reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

**(iv) Ativos e passivos financeiros derivativos**

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos.

### **3.9 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, líquido da depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada e reconhecida no resultado para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, com base no método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Uma vez classificados como mantidos para a venda, ativos imobilizados não são mais depreciados.

### **3.10 Ativo de contrato**

O ativo de contrato é reconhecido quando todos os critérios a seguir forem atendidos: (a) os custos referem-se diretamente ao contrato de concessão; (b) os custos geram ou aumentam recursos da Companhia que serão usados para satisfazer a obrigações de performance no futuro; e (c) espera-se que os custos sejam recuperados.

A Companhia reconheceu no ano de 2023 um ativo de contrato no montante de R\$ 6.697 uma vez que:

- (a) Existe um contrato que foi celebrado entre a Companhia e o Poder Concedente e que prevê três fases durante o período de 31 (trinta e um) anos de concessão, o qual se encerra em setembro de 2054: (i) Pré-construção (1 ano), (ii) Construção (2 anos) e (iii) Operação (28 anos).
- (b) Foram incorridos custos na fase de Pré-construção, fase esta que consiste na elaboração de um novo projeto executivo para o Rodoanel Norte, a fim de atualizar o Projeto Executivo do ano de 2015 fornecido pelo Governo do Estado no Edital de Licitação, cujo valor foi atualizado pelo IPCA para a data base do contrato, qual seja março de 2022. A elaboração do novo projeto executivo, por empresa especializada, foi iniciada em setembro de 2023 e será concluída até o final do prazo do período de Pré-construção já mencionado. Os custos incorridos com a elaboração do novo projeto executivo geram recursos que serão usados nas fases seguintes de construção e operação.
- (c) O contrato de concessão contempla cláusula para a possibilidade de extinção antecipada do Contrato de Concessão (way-out), a exclusivo critério da Concessionária, caso: (a) o novo projeto executivo das obras, ao final da Pré-Construção, supere o valor de R\$ 2.785 mil (data-base março de 2022) ou (b) a Concessionária não obtenha financiamento de longo prazo em até 24 (vinte e quatro) meses. Caso a possibilidade do way-out venha a se concretizar, os custos incorridos até então, deverão ser reembolsados à Concessionária pelo Poder Concedente, com sua respectiva correção monetária.

### **3.11 Capital social**

#### **(i) Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

### **3.12 Resultado básico e diluído por ação**

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição.

### **3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, visto que na avaliação da Diretoria, as alterações não apresentam impacto.

**a. *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)***

As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

**b. *Acordos de financiamento de fornecedores ("risco sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)***

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("risco sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

**c. *Outras normas contábeis***

Não se espera que as seguintes normas, novas e alteradas, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

## **4 Caixa e equivalentes de caixa**

A tabela a seguir demonstra os saldos de depósitos bancários à vista e de aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão apresentadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e apresentam vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, não estando sujeitas a um significante risco de mudança de valor:

Descrição	31/12/2023
Caixa e bancos	2
Aplicações financeiras	210.845
	<hr style="width: 100%; border: 0.5px solid black;"/>
	<b>210.847</b>

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com rentabilidade média de 102,2% do CDI e operações compromissadas com rentabilidade de 85% do CDI, com liquidez imediata, mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

## 5 Imposto de renda e contribuição social à recuperar

Descrição	31/12/2023
IRPJ	370
CSLL	<u>140</u>
	<b><u>510</u></b>

Refere-se ao IRPJ e CSLL pagos por estimativa durante o exercício de 2023 e que serão convertidos em saldo negativo dos referidos tributos, a partir da entrega da ECF. A Companhia utilizará esses créditos no transcorrer do próximo exercício, mediante compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

## 6 Tributos a recuperar

Descrição	31/12/2023
IRRF sobre aplicação	<u>443</u>
	<b><u>443</u></b>

Refere-se ao saldo do imposto de renda retido sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

## 7 Outros ativos

Descrição	31/12/2023
Caução (aluguel de imóveis)	<u>365</u>
	<b><u>365</u></b>

## 8 Imobilizado

### a. Composição

Descrição	31/12/2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Móveis e utensílios	133	(1)	132
Máquinas e equipamentos	<u>107</u>	<u>(6)</u>	<u>101</u>
	<b><u>240</u></b>	<b><u>(7)</u></b>	<b><u>233</u></b>

**b. Movimentação**

<b>31/12/2023</b>			
<b>Custo</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo</b>
Móveis e utensílios	133	-	133
Máquinas e equipamentos	107	-	107
	<b>240</b>	-	<b>240</b>
	<b>31/12/2023</b>		
<b>Depreciação</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo</b>
Móveis e utensílios	(1)	-	(1)
Máquinas e equipamentos	(6)	-	(6)
	<b>(7)</b>	-	<b>(7)</b>

**9 Ativo de contrato**

O ativo de contrato é composto pelos valores despendidos no estágio de pré-construção do Contrato de Concessão.

**a. Composição**

<b>31/12/2023</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>
Projeto executivo	6.697	-	6.697
	<b>6.697</b>	-	<b>6.697</b>

**b. Movimentação**

<b>31/12/2023</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo</b>
Projeto executivo	6.697	-	6.697
	<b>6.697</b>	-	<b>6.697</b>

## 10 Obrigações trabalhistas e tributárias

### a. Obrigações trabalhistas

Descrição	31/12/2023
Encargos sociais a recolher	111
Provisão de férias	<u>86</u>
Total de obrigações trabalhistas	<u><b>197</b></u>

### b. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2023
IRRF a recolher	112
PIS/COFINS a recolher	79
INSS e CRF retidos na fonte a recolher	254
ISS retido na fonte a recolher	<u>19</u>
Total de obrigações tributárias	<u><b>464</b></u>

## 10.1 Tributos diferidos

### a. Composição

Trata-se de tributos diferidos ativos, constituídos a partir do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL apurados ao fim do exercício.

Descrição	31/12/2023
IRPJ diferido ativo	68
CSLL diferida ativa	<u>25</u>
	<u><b>93</b></u>

### b. Reconciliação dos tributos

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(523)
Alíquota nominal	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal:	178
Adições permanentes	<u>(85)</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<u><b>93</b></u>

## 11 Patrimônio líquido

### a. Capital Social

O capital subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 419.788, composto por 419.788 mil ações ordinárias:

	Quantidade de ações (em milhares)	Valor do capital social subscrito
R4 S.A.	419.788	419.788
	<b>419.788</b>	<b>419.788</b>

O capital integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 218.000, correspondendo a 218.000 mil ações.

## 12 Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2023
Pessoal	1.483
Serviços de terceiros	6.695
Seguros	869
Taxa conta reserva	215
Outras despesas	426
	<b>9.688</b>

## 13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2023
<b>Receitas financeiras</b>	
Juros sobre aplicação financeira	9.705
<b>Total</b>	<b>9.705</b>
<b>Despesas financeiras</b>	
PIS&COFINS sobre receitas financeiras	(451)
Despesas bancárias	(2)
<b>Total</b>	<b>(453)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>9.252</b>

## 14 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria:

## Valor justo dos instrumentos financeiros

### a. *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, na data das demonstrações financeiras (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo), uma vez que os valores de contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos pela Companhia conforme suas características:

	<b>31/12/2023</b>
<b>Passivos</b>	
Fornecedores	957

### b. *Instrumentos financeiros registrados ao valor justo*

Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das demonstrações financeiras (nível 2 – conforme hierarquia de valor justo).

#### *Gerenciamento dos riscos financeiros*

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

#### *Exposição a riscos e de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos às aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram consideradas reduções de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de aplicações financeiras que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2023;
- Cenário II: redução de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023;
- Cenário III: redução de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023.

Os cenários II e III, de redução de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário 25% (ii)	Cenário 50% (iii)
Variação do CDI (a) (nota explicativa 13)	9.705	22.936	18.668	14.384
Aplicações financeiras				
Redução nas receitas financeiras em relação ao cenário base	-	-	(4.268)	(8.552)

(a) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2024.

*Exposição a riscos cambiais*

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

**a. Risco de crédito**

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

<b>Valor contábil</b>	<b>31/12/2023</b>
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 4)	210.847

**b. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos em reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal:

Modalidade	Juros				Circulante
	Valor contábil	Estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 91 dias	
Passivos					
Fornecedores	957	-	957	-	957
Total	<u>957</u>	<u>-</u>	<u>957</u>	<u>-</u>	<u>957</u>

**15 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis**

Em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados riscos que deveriam ser registrados nas demonstrações financeiras.

A Administração avaliou, com base na opinião dos assessores jurídicos, que existem processos judiciais, de natureza trabalhista, com prognóstico de perda possível e por esta razão não estão provisionados nas demonstrações financeiras, totalizando R\$ 1.141.

## 16 Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Básico e diluído	31/12/2023
Prejuízo líquido do exercício (em R\$)	(430)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias, utilizada na apuração do lucro por ação	419.788.391
Prejuízo por ação - básico e diluído (em R\$)	0,000001

## 17 Demonstração dos fluxos de caixa

Efeitos na demonstração em referência que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

### Informações suplementares

	31/12/2023
Fornecedores	<u>22</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b><u>22</u></b>
	31/12/2023
Aquisição de ativos imobilizados e ativos de contrato	<u>(22)</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b><u>(22)</u></b>

## 18 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente.

Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<b>Modalidade</b>	<b>Limite máximo de indenização</b>	<b>Objeto segurado</b>	<b>Vencimento do contrato</b>
Garantia	R\$ 359.434,98	Garantir exclusivamente, o cumprimento das funções operacionais, de ampliação e conservação e de pagamento, relativos à exploração da Concessão	Agosto/2024
Riscos de Engenharia	R\$ 41.076,00	Cobrir os danos materiais às obras civis referente aos serviços e obras de manutenção e conservação durante o período de pré-construção previsto no contrato de concessão	Setembro/2024
Responsabilidade Civil Geral / RC Obras Civis e Instalações e montagem	R\$ 30.000,00	Cobrir os danos materiais e corporais a terceiros, inclusive danos morais consequentes de acidentes gerados pelas obras civis referente aos serviços e obras de manutenção e conservação durante o período de pré-construção	Setembro/2024
RC Diretores e Administradores	R\$ 10.000,00	Cobre os diretores e administradores quanto a atos ilícitos culposos praticados no exercício de suas funções de gestão da empresa, Controlada ou subsidiária, que causem danos a terceiros, resultando em Reclamação contra o Segurado	Outubro/2024

\* \* \*

Brendon Azevedo Ramos  
Diretor Presidente

Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo  
Diretor Financeiro

José Tomás Vieira dos Santos  
Contador CRC 1SP169663